



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### Ata da Sessão Extraordinária de 29 de janeiro de 2018

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal, na Sala das Sessões, nos Paços do Concelho.

**Eleitos:** Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; André Sérgio Navarro de Noronha; Tiago Barbosa Ribeiro; Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria Cecília Pinto da Silva de Sampaio em substituição da Senhora Deputada Maria José Rocha Espinheira; Tiago Serrano Correia de Lacerda; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Alban Constante Pereira em substituição do Senhor Deputado João Pedro Furtado Cunha Semedo); Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança de Assunção de Araújo Lima; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caiano, em substituição do Senhor Deputado Pedro Luís da Rocha Baptista; Rodrigo Vieira de Oliveira; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Pedro Braga de Carvalho; Artur Manuel Ferreira Ribeiro, em substituição do Senhor Deputado Belmiro Guimarães Pinheiro de Magalhães; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Artur Jorge da Silva Braga, em substituição do Senhor Vereador Rui Carlos Morais Lage; Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Cláudia Sofia da Costa Santos; Diogo Miguel de Sá Meireles; Bebiana Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Maria Luísa Machado Pereira Botelho de Magalhães, em



substituição da Senhora Deputada Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Serafim Ferreira Nunes; Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira;

**Os Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia:** Junta de Freguesia do Bonfim, Alda Regina da Silva Pena em substituição de José Manuel da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Nuno Raposo de Magalhães Ortigão de Oliveira; União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António José Gonçalves Fonseca; União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Luís Manuel Noura Grabulho, em substituição de Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Verificada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** declarou aberta a sessão.

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** deu conhecimento do pedido de renúncia ao Mandato do Senhor Prof. Eng. Luís Garcia Braga da Cruz.

Procedeu à instalação da Senhora D. Maria Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz como membro da Assembleia Municipal do Porto. Leu a ata de instalação.



**– Aprovação da ata da sessão extraordinária de 6 de novembro de 2017.**

**Aprovada, com 2 abstenções.**

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** no âmbito da Lei e do Regimento, leu uma declaração do Senhor Diretor Municipal das Finanças e Património, Pedro Manuel Martins dos Santos, dando nota de que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro de 2017, referentes aos anos de 2018, 2019, 2020 e seguintes, se encontram devidamente registados no Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), pelo que os Senhores Deputados que pretendam obter uma cópia da referida declaração poderão solicitá-la à Mesa.

**– Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Arquiteto José Manuel Patrício Moreira Martins.**

**O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE)** leu o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Arquiteto José Manuel Patrício Moreira Martins.

Propôs que fosse feito um minuto de silêncio.

**O Senhor Deputado Rodrigo Oliveira (PS)** recordou e enalteceu o trabalho desenvolvido pelo Arquiteto José Manuel Patrício Moreira Martins no GPU e no CRUARB.

Lamentou, também, o desaparecimento de Edmundo Pedro, militante do seu Partido, um grande lutador pela liberdade e pela democracia.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** apresentou à viúva, que se encontrava presente na Sala, em nome da Assembleia Municipal, as condolências pelo falecimento do seu marido.



Submeteu à votação o Voto de Pesar.

**Aprovado, por unanimidade.**

**Foi feito 1 minuto de silêncio.**

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** informou que, de acordo com o combinado na conferência de líderes, os pontos 1 e 2 da Ordem de Trabalhos seriam discutidos em conjunto e votados separadamente.

**1. Deliberação sobre a retificação dos Acordos a celebrar com os comerciantes do Mercado do Bolhão.**

**2. Deliberação sobre os Acordos a celebrar com os inquilinos das lojas do exterior do Mercado do Bolhão.**

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira** chamou a atenção para a importância daquela questão que se inscreve numa fase derradeira de resolução de alguns dos problemas históricos que se iam arrastando.

Disse que o entendimento a que se chegou com todos os interessados no Mercado do Bolhão representa o assumir de um compromisso que o município e a Câmara tinham, desde sempre, para com as pessoas e empresas, salvaguardando as questões sociais e não olhando tanto a questões patrimoniais da Autarquia.



Mostrou-se satisfeito com a união que existe em torno da questão do Mercado do Bolhão e louvou o trabalho de equipa levado a cabo pelo Gabinete do Mercado do Bolhão.

**O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU)** agradeceu os esclarecimentos prestados pela Arquiteta Cátia Meirinhos e pelo Engenheiro Francisco Rocha Antunes, os quais considerou importantes para a prossecução do objetivo pretendido.

Congratulou-se com o facto do projeto se estar a concretizar como a CDU sempre defendeu, ou seja: o Bolhão vai ser reabilitado pelo Município, vai manter-se o mercado de frescos e a sua exploração vai continuar a ser feita pela Câmara Municipal. Disse que, na sua opinião, o envolvimento e o acordo de todos os comerciantes foi muito importante para a concretização da obra de reabilitação que se vai realizar.

Considerou que, embora com alguns anos de atraso, há que reconhecer que já foi feito muito trabalho e que finalmente o projeto do Mercado do Bolhão vai avançar.

**O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS)** agradeceu à Senhora Arquiteta Cátia Meirinhos e à sua equipa a disponibilidade para prestar esclarecimentos e a clareza com que explicou todo o processo.

Congratulou-se com os acordos efetuados, apesar do custo elevado que eles envolvem, mas espera que rapidamente se possa terminar com a ansiedade dos comerciantes e dos inquilinos.

Mostrou-se preocupado com o caso do comerciante que não chegou a acordo e em relação ao qual a Câmara vai usar a prerrogativa da denúncia, porque, segundo tem conhecimento, se o referido comerciante recorrer à via judicial existe o risco de atrasar todo o processo.



Em nome da sua bancada colocou-se à disposição para colaborar para que tudo corra pelo melhor.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira** agradeceu as palavras do Senhor Deputado Artur Ribeiro.

Disse que, há cerca de cinco anos, quando concorreu às eleições, tinha a convicção de que a reabilitação do Mercado do Bolhão podia ser mais célere, mas seria um restauro de outra natureza e recorrendo aos privados. Entretanto, quando assumiu a gestão da Câmara Municipal, percebeu que era possível encontrar recursos, como encontrou, para realizar aquele projeto de uma forma diferente.

Relativamente ao início da obra informou que continuam a aguardar pelo Visto do Tribunal de Contas, pelo que o tempo de espera será aquele que for necessário.

Quanto à questão do comerciante que não chegou a acordo, informou que a Autarquia está segura que juridicamente a razão está do lado dela.

**A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN)** disse que, na sua opinião, a opção por um processo colaborativo e participativo com os comerciantes e inquilinos do Mercado do Bolhão foi bastante positivo e é um exemplo a ter em consideração em circunstâncias semelhantes. Louvou o trabalho realizado para se conseguir a concordância de todos os envolvidos.

Mostrou-se satisfeita por, finalmente, se ir proceder à recuperação do Mercado do Bolhão e por se manter a sua gestão na Câmara Municipal.

Deu conta que, quando visitou o Mercado do Bolhão, a maioria dos comerciantes estava satisfeita com a recuperação, mas notou alguma apreensão face à mudança.



Reiterou a importância das campanhas de divulgação e de articulação com a Associação de Turismo do Porto, destinadas a levar a população a comprar no Bolhão.

Sugeriu que a Autarquia incentive os vendedores de frescos do Bolhão a comercializar produtos biológicos.

Disse que vai votar favoravelmente aqueles dois pontos da Ordem de Trabalhos.

**A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE)** considerou que a reunião que tiveram com o Gabinete do Mercado do Bolhão foi bastante esclarecedora.

Deu conta que, na visita que fez ao Bolhão, quando interrogou os comerciantes notou um extremo cansaço relativamente à delonga que existe para se encontrar uma solução para aquele espaço e muita apreensão em relação ao futuro.

Lembrou que o BE sempre defendeu que o Mercado do Bolhão mantivesse a sua traça e a sua natureza de mercado tradicional e que se garantisse o retorno das pessoas.

Disse que o BE vai votar favoravelmente aqueles dois pontos, mas vai também manter-se atento aos casos que estão ainda por resolver.

**O Senhor Deputado Pedro Duarte (PA)** enalteceu o consenso que tem havido, do ponto de vista institucional, entre as diferentes forças políticas, o município e todas as entidades envolvidas em torno daquele projeto, cujo mérito é da Câmara Municipal e também do Gabinete do Mercado do Bolhão.

Agradeceu a reunião proporcionada e a forma clarificadora como decorreu e também o trabalho desenvolvido ao longo do tempo.

Considerou que o modelo escolhido para o Bolhão tem-se revelado adequado, embora ele implique um esforço muito significativo da parte da cidade.



Disse que, estando empenhados em que tudo corra pelo melhor, não deixarão de estar atentos, mas também disponíveis para contribuir para que tudo se cumpra da forma como foi planeado.

**O Senhor Deputado André Noronha (RM)** agradeceu aos Senhores Eng.<sup>os</sup> Cátia Meirinhos e Francisco Rocha Antunes pela forma como foram esclarecedores e enalteceu o trabalho hercúleo que levaram a cabo, com uma dedicação e um empenho único que é bem demonstrativo da qualidade da maioria dos quadros da Administração Pública e, em particular, da Câmara Municipal do Porto.

Relativamente aos comerciantes, deu conta que, dos 90 que existiam no início do processo, 65 já informaram que querem continuar a exercer a sua atividade no novo Mercado do Bolhão.

Disse que se facilitou a transmissão de licenças para sucessores que trabalham no mercado há mais de dois anos ou para colaboradores que lá estão há mais de 5 anos; licenciou-se tudo o que lá funcionava; o mercado temporário foi totalmente equipado para receber os comerciantes, de forma a não haver necessidade de levarem nada do Bolhão e alargou-se a gama de produtos que cada um pode vender.

Em relação aos inquilinos, também eles com a possibilidade de serem ressarcidos os lucros cessantes se forem para o mercado temporário, abriu-se-lhes a possibilidade de ser financiada a diferença de renda se transitarem para um outro local; facilitou-se a possibilidade de suspenderem a atividade e voltarem depois; ofereceram-se contratos de arrendamento a um prazo de 20 anos e compensou-se quem quis sair.

Informou que está em curso um plano de formação para a harmonização das práticas comerciais nas lojas do exterior.





**O Senhor Deputado Rui Sá (CDU)** perguntou ao Senhor Deputado André Noronha porque é que, tendo votado anteriormente a favor do modelo da TranCroNe, está agora a defender o modelo apresentado pelo Executivo, que é um modelo completamente oposto.

**O Senhor Deputado André Noronha (RM)** respondeu que o movimento Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido nunca prometeu o que não podia pagar e sempre defendeu que a principal prioridade era reabilitar o Mercado do Bolhão e que se não tivessem os meios financeiros para o poder fazer teriam que recorrer à iniciativa privada.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** submeteu à votação os dois primeiros pontos da Ordem de Trabalhos.

#### **Ponto 1**

**Aprovado, por unanimidade.**

#### **Ponto 2**

**Aprovado, por unanimidade.**

### **3. Apreciação da proposta de aprovação do contrato-programa a celebrar com a PortoLazer, EM, para o ano de 2018.**

**O Senhor Deputado Rui Sá (CDU)** pediu esclarecimentos sobre a cláusula 2.<sup>a</sup> do contrato-programa. Perguntou o que é que está incluído na rubrica “infraestruturas desportivas gerais” e a que é que se refere a rubrica “outras plataformas”.



**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira** sobre as plataformas que não estão especificadas, explicou que está a terminar um contrato de concessão de dois parques de estacionamento – Praça dos Poveiros e Palácio de Cristal – e que a Câmara vai internalizar aqueles equipamentos, daí a existência da rubrica “outras plataformas”.

**O Senhor Deputado Rui Sá (CDU)** sobre o contrato-programa em apreço, deu conta que, no que se refere à transferência de competências, a CDU não está de acordo, uma vez que considera que existe grande capacidade e mérito na Câmara Municipal para assumir as atividades em causa.

No que diz respeito aos critérios, considerou que existem situações diferentes de umas empresas para outras, ou seja, as rendas cobradas pela Empresa Municipal de Habitação revertem na sua totalidade para a empresa municipal e no caso da PortoLazer o Município reserva-se no direito de cobrar, no mínimo, 0,01% das receitas obtidas pela gestão dos equipamentos desportivos. Disse que a fórmula de cálculo dos valores apresentados denota que foram usados critérios completamente distintos de empresa para empresa.

Disse que, no seu entender, devia ser dado conhecimento, do ponto de vista de receita, do valor das taxas que são cobradas pela PortoLazer pela utilização do espaço público.

Chamou a atenção para um conjunto de critérios que não estão quantificados e que, na sua opinião, deviam estar.

Disse que os preços praticados pelas piscinas municipais não são muito distintos daqueles que são praticados pelas piscinas geridas por coletividades, nomeadamente as piscinas do Fluvial e do Futebol Clube do Porto. No entanto, parece que as piscinas municipais só têm saldo positivo porque o Município transferiu para lá cerca de um milhão de euros. Pediu ao Senhor Presidente para comentar aquele assunto.



**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira** lembrou que os orçamentos das empresas municipais são submetidos à Assembleia Municipal. Não são votados pelo órgão deliberativo, mas estão anexos ao orçamento municipal para serem apreciados.

Deu exemplos de alguns rendimentos de prestação de serviços na área de projetos, conseguidos através de patrocínios, nomeadamente o caso da Super Bock, inscrições e anuidades e concessão de espaços em eventos.

Quanto à razão pela qual se entregou a gestão dos parques de estacionamento do Silo Auto e do Palácio de Cristal à PortoLazer, disse que no caso do Silo Auto, ela se relaciona com um conjunto de atividades que ali se realizam e, no caso do Palácio de Cristal, diz respeito ao futuro Palácio de Cristal e também às atividades aí desenvolvidas, nomeadamente a Feira do Livro.

Disse que, se não existissem as empresas municipais, a solução, no caso dos parques de estacionamento, seria lançar um novo concurso de concessão do estacionamento, porque, tendo em conta a atual contratação pública, seria impensável internalizar aquele serviço na Câmara Municipal.

Relativamente às piscinas, lembrou que a do Futebol Clube do Porto é utilizada para um fim específico, a competição, e a do Fluvial é usada para fins comerciais, enquanto as piscinas municipais têm por objetivo servir as pessoas que não podem recorrer às pisciniais comerciais.

**Aprovada, por maioria, com 26 votos a favor (RM, PS, PA e PAN), 4 votos contra (PS) e 15 abstenções (PS, PA, CDU e BE).**

**4. Apreciação da proposta de aprovação do contrato-programa a que deve a DomusSocial, EM, ficar vinculada no ano 2018.**

**O Senhor Deputado Rui Sá (CDU)** referiu que foi transferida para a DomusSocial a competência para acompanhar a empresa privada que está a



fazer a reabilitação do Bairro Rainha D. Leonor. Perguntou se, nessa perspetiva, foi transferida também alguma competência relativamente ao Bairro do Aleixo.

Disse que, analisando o documento apresentado, verifica-se que os custos com o DGPH – Departamento de Gestão do Parque Habitacional da DomusSocial representam 19% dos custos de estrutura, o que dá a entender que os outros custos serão mais transversais e que é a partir daí que se faz o cálculo. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara para explicar como é que se chega àquele valor.

Perguntou quantos funcionários tem a DomusSocial e quantos tem a PortoLazer.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira** respondeu que a PortoLazer tem 71 funcionários e a DomusSocial tem 130.

**O Senhor Vereador do Pelouro da Habitação Social, Fernando Paulo Sousa** disse que atualmente a DomusSocial cobra cerca de 8 milhões de euros de rendas, sendo uma parte canalizada para os custos de estrutura e o restante para a manutenção preventiva da habitação social.

Relativamente ao Bairro do Aleixo, lembrou que o Fundo do Aleixo passou a ser gerido pelo Município. Explicou que a DomusSocial recebe as habitações, fazendo depois, juntamente com a Câmara Municipal, o acompanhamento da construção dos empreendimentos, da definição da tipologia necessária e da elaboração do projeto.

Mostrou-se disponível para receber o Senhor Deputado Rui Sá na DomusSocial para lhe facultar os dados sobre as contas da empresa.

**Aprovada, por maioria, com 33 votos a favor (RM, PS, PA e PAN) e 12 abstenções (PS, PA, CDU e BE).**



## **5. Deliberação sobre a designação do Provedor do Inquilino Municipal para o presente mandato autárquico.**

**O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU)** deu conta que a sua bancada está naturalmente de acordo com a proposta apresentada, tendo em conta que a CDU foi a força política que mais se empenhou e mais se debateu para que fosse criada a Provedoria do Inquilino Municipal.

Disse que, na sua opinião, a escolha do Senhor Padre Baptista foi uma boa opção, considerando que ele tem desempenhado muito bem as suas funções e que tem feito um ótimo trabalho.

Chamou a atenção para o facto de não ter sido facultado ainda ao Provedor do Inquilino as condições necessárias para o exercício das suas funções, nomeadamente no que diz respeito ao equipamento adequado e recursos humanos, para além de estar instalado num gabinete muito pequeno e de difícil acesso para quem o visita.

Disse que, segundo informações que teve, os pareceres e os relatórios elaborados pelo Senhor Provedor não têm tido a devida atenção por parte da DomusSocial. Sugeriu que aquela Empresa Municipal reflita sobre os pareceres apresentados e que pondere reunir periodicamente com o Provedor do Inquilino, tendo em vista tentarem encontrar as melhores soluções para os problemas dos inquilinos.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira** concordou com o Senhor Deputado Artur Ribeiro quando referiu o entusiasmo com que o Senhor Padre Baptista tem desempenhado a sua tarefa.

Quanto à questão dos recursos, deu conta que o Senhor Provedor não pretende ser reembolsado pelas despesas com as deslocações.

Relativamente às instalações, disse que, embora as considere muito dignas e localizadas num sítio magnífico, de facto o acesso a elas pode causar alguns



constrangimentos às pessoas com problemas de mobilidade. Disse que já se está a tentar encontrar um local mais acessível nos espaços municipais.

Informou que a equipa técnica da DomusSocial vai passar a reunir trimestralmente com o Senhor Padre Batista, também com a participação do Senhor Vereador Fernando Paulo, tendo em vista analisarem atentamente as recomendações do Senhor Provedor do Inquilino.

**A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE)** deu nota que o BE considera positivo o exercício da função do Provedor do Inquilino e tem consciência do importante trabalho social que tem vindo a ser desenvolvido.

Os dados conhecidos revelam que muitos dos pedidos de intervenção em matéria habitacional são provenientes de inquilinos de arrendamento privado e não de inquilinos municipais, o que eventualmente poderá indiciar a necessidade de uma informação mais cuidada sobre qual é o papel do Provedor do Inquilino: a defesa e garantia de direitos e interesses legítimos dos inquilinos municipais.

Defendeu a necessidade de haver uma articulação mais cuidada e mais ativa entre os serviços da DomusSocial e o Provedor do Inquilino.

Declarou que a sua bancada vai votar favoravelmente a recondução do Senhor Padre Batista no cargo de Provedor do Inquilino Municipal.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira** esclareceu que, de facto, muitas das pessoas que recorrem à Provedoria do Inquilino não são inquilinos municipais, mas são pretendentes a habitação municipal, isto é, são pessoas que vivem em habitação privada e que estão em risco de despejo. Disse que os inquilinos de arrendamento privado recorrem também àquele serviço por causa do Fundo Porto Solidário, criado pela Câmara Municipal do Porto, que é também uma competência do Provedor do Inquilino Municipal.

Relativamente à articulação com os serviços, disse que está inteiramente de acordo com a Senhora Deputada Susana Constante Pereira.



**Em votação por escrutínio secreto, aprovada com 44 votos a favor e 1 voto em branco.**

## **6. Deliberação sobre a retificação às Normas Regulamentares do Município do Porto aplicáveis aos Parques de Estacionamento.**

**O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS)** disse que, na sua opinião, aquelas normas regulamentares carecem de algumas retificações, nomeadamente no que diz respeito ao texto do n.º 2, do art.º D-3/64.º, e à definição de “comerciante” prevista no n.º 7 do mesmo artigo.

Sugeriu que os serviços jurídicos reapreiassem o documento introduzindo, se necessário, adaptações.

Deu nota que o PS vai votar favoravelmente.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira** explicou que o lapso surgiu porque se seguiu a nomenclatura do CAE – Código das Atividades Económicas, na convicção de que ele abrangia a restauração e similares e outras atividades e serviços pessoais, vindo a verificar-se mais tarde que isso não acontecia.

Disse que o documento vai ser reanalisado pelos serviços jurídicos.

**A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN)**, tendo em conta um dos objetivos da anterior alteração às normas regulamentares do Município do Porto, que visava fomentar a circulação veículos elétricos, quis saber se o Executivo tem ponderado atribuir mais incentivos nesse sentido, tendo em vista minimizar o ruído e melhorar a qualidade do ar dentro da cidade.



**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira** informou que estão a ser colocados mais postos de carregamento nos parques de estacionamento existentes e na via pública.

**O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE)** disse que o BE vai votar favoravelmente a proposta que está em cima da Mesa.

**Aprovada, por maioria, com 44 votos a favor (RM, PS, PA, CDU, BE e PAN) e 1 abstenção (PS).**

**7. Deliberação sobre a isenção do pagamento das taxas à Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA devidas pela renovação das 25 licenças de ocupação do domínio público com painéis de informação ao público (PIP's), nos anos 2018 a 2021.**

**A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE)** referiu que os painéis de informação ao público (PIP), a que a proposta se refere, foram ativados há cerca de uma semana, após um longo período sem funcionar.

Disse que, em prol da garantia de qualidade e da melhoria dos serviços de transporte de passageiros prestados aos cidadãos, o BE vai votar favoravelmente aquela proposta.

**Aprovada, por unanimidade.**





## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MUNÍCIPES

### 1. Vanessa Raquel Santos Teixeira

### 2. Susana Patrícia Queiroz Miranda

**A Senhora D. Susana Miranda** disse que vai intervir em nome da Senhora D. Vanessa Teixeira.

Informou que a Senhora D. Vanessa vive com o marido e dois filhos menores numa habitação municipal onde vivia também o seu pai, que faleceu em março de 2017.

Disse que, quando a D. Vanessa se dirigiu à DomusSocial para legalizar a situação, convencida que estava inscrita no agregado familiar do arrendatário, foi informada que a casa estava apenas no nome do seu pai, pelo que ela nada podia fazer e teria que abandonar a casa, tendo-lhe sido movida uma ação de despejo.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** sugeriu que a Senhora D. Vanessa Teixeira se inscrevesse numa reunião pública do Executivo para expor o seu problema, uma vez que a Assembleia Municipal não tem competência para resolver aquele tipo de questões.

**O Senhor Presidente da Junta Freguesia de Ramalde, António Gouveia** disse que aquele caso já lhe tinha sido reportado por um outro cidadão de Ramalde.

Informou que fez um ofício à DomusSocial, mas a empresa não aceitou reanalisar aquele processo por haver imprecisões nas declarações prestadas pela munícipe.



Considerou que a situação é dramática, mas só a DomusSocial é que pode resolver aquela questão.

**Foi distribuído o seguinte documento:** Declaração dos compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro de 2017.

**Minuta da Ata aprovada no termo da sessão.**

**Aprovada, por unanimidade.**

E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, declarou encerrada a sessão, eram 23h15.

**O Presidente da Assembleia Municipal**

**Miguel Pereira Leite**

**A Primeira Secretária**

**Paula Ribeiro de Faria**